

PARECER Nº 34/2018

PROJETO DE LEI Nº 13/2018

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RELATOR VEREADOR EDMILSON DO CRISPIM SANTANA

RELATÓRIO

De autoria do Prefeito, o projeto de lei em epígrafe “*aprova o Plano de Saneamento Básico do Município de Arinos e dá outras providências*”.

Publicada, a proposição foi encaminhada à análise preliminar da Comissão de Legislação e Justiça e de Redação, que concluiu por sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade.

Vem agora a esta Comissão de Administração Pública para exame de mérito, nos termos do art. 91, inciso III, alínea “t”, do novo Regimento Interno.

Em apartada síntese, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em exame pretende aprovar o Plano de Saneamento Básico do Município de Arinos, que é um instrumento indispensável da política pública de saneamento básico, em que se identifica, qualifica, quantifica, organiza e orienta todas as ações, públicas e privadas, por meio das quais esses serviços públicos devem ser prestados ou colocados à disposição da população.

A Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2017 (Lei Nacional do Saneamento Básico) fixou as diretrizes e elegeu como princípios fundamentais de saneamento, dentre outros: a universalização do acesso; a integralidade; a eficiência e a sustentabilidade econômica dos serviços; transparências das ações; controle

social; segurança, qualidade e regularidade; e atribuiu aos municípios a responsabilidade pela condução de todo o processo de formulação e implantação da política de saneamento em seu território, impondo-lhes o dever de planejar, estabelecer objetivos e metas para a consecução destes princípios fundamentais, de forma a pensar soluções criteriosas e realísticas para atender às demandas dos municípios.

Conforme consta no anexo do projeto em exame, o Plano Municipal de Saneamento Básico de Arinos foi elaborado a partir de levantamentos de dados realizados na zona rural e urbana pelos funcionários da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, com o apoio da equipe técnica da Companhia de Saneamento (COPASA), a qual é a concessionária prestadora dos serviços de saneamento de água deste Município.

O anexo do projeto em exame apresenta um diagnóstico técnico participativo dos serviços de saneamento básico do Município no qual são apresentadas informações referentes aos aspectos socioeconômicos, culturais, ambientais e da estrutura municipal existente, identificando suas condições de operações e possíveis problemas, além de instrumentos legais municipais, planos e projetos já existentes; estabelece objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a propagação do sistema; bem como ações de emergências e contingências. Ademais, constam do anexo indicadores de desempenho do plano municipal de saneamento básico.

Por fim, cumpre ressaltar a relevância do referido plano para implementação de infraestruturas e medidas visando à promoção de melhores condições de vida para toda a população.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluo pela aprovação do Projeto de Lei nº 13, de 2018.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2018.

Vereador EDMILSON DO CRISPIM SANTANA

Relator